

Contribuição Interdisciplinar da Administração Política, da Gestão Social e da Agroecologia para a Análise do Desenvolvimento Territorial: o estudo de caso da Barragem de Sobradinho

Sileide Dias Neves¹, Eva Mônica Sarmiento Silva¹ , Roberto Rivellino Almeida de Miranda¹

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco – Brasil.

*Autor de correspondência: sleided.neves@gmail.com

RESUMO

A construção da Barragem de Sobradinho, iniciada em 1973, provocou impactos significativos na agricultura familiar e na organização social das comunidades ribeirinhas do Vale do São Francisco. Este texto analisa os efeitos socioeconômicos, administrativos, culturais e ambientais decorrentes do empreendimento utilizando como referencial epistemológico e teórico as abordagens da administração política, gestão social e agroecologia. O estudo evidenciou que, apesar da centralização de decisões pelo poder público, as comunidades expulsas dos territórios alagados desenvolveram estratégias de organização social e práticas agroecológicas que tem fortalecido sua autonomia e resiliência, apesar dos duros impactos da barragem. Os resultados reforçam a necessidade de concepção e implantação de políticas públicas que considerem especificidades territoriais e promovam a participação efetiva da população, demonstrando que os modos de administrar a vida prática pode contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável e garantir justiça social para a população ribeirinha expulsa dos seus territórios em nome de um Projeto de Nação excludente.

PALAVRAS-CHAVE:

Administração Política
Gestão Social
Agroecologia
Desenvolvimento
Territorial
Barragem de Sobradinho

KEYWORDS:

Political administration
social management
community participation

ABSTRACT

The construction of the Sobradinho Dam, which began in 1973, caused significant impacts on family farming and the social organization of riverbank communities in the São Francisco Valley. This text analyzes the socioeconomic, administrative, cultural, and environmental effects resulting from the project, using political administration, social management, and agroecology approaches as its epistemological and theoretical framework. The study showed that, despite the centralization of decision-making by public authorities, the communities forced out of the flooded areas developed social organization strategies and agroecological practices that have strengthened their autonomy and resilience, despite the harsh impacts of the dam. The results reinforce the need for the design and implementation of public policies that consider territorial specificities and promote the effective participation of the population, showing that ways of managing practical life can contribute to sustainable territorial development and ensure social justice for the riverside population expelled from their territories in the name of an exclusionary National Project.

SUBMETIDO: 16 de novembro de 2025 | **ACEITO:** 09 de dezembro de 2025 | **PUBLICADO:** 30 de dezembro de 2025

© Revista Brasileira de Administração Política, 2025. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1. Introdução

A obra da construção da Barragem de Sobradinho, iniciada em 1973 pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), impactou diretamente cerca de 12.000 famílias, totalizando, aproximadamente, 72.000 pessoas nos territórios baianos das quais 60% residiam na zona rural (Albano, 2018). Esse processo de desalojamento ocorreu no contexto do chamado “milagre econômico” brasileiro (1969-1973), período marcado pelo crescimento acelerado do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo aumento da demanda energética. Essas transformações ocorreram durante o governo de Médici (1969-1974) quando grandes obras de infraestrutura foram priorizadas em detrimento de políticas eficazes de reassentamento social no território analisado.

Esse episódio evidencia a tensão estabelecida entre o padrão de desenvolvimento econômico e de administração política brasileira que orientou as bases do chamado nacional desenvolvimentismo que atropelou os direitos das populações ribeirinhas. Tal estratégia revelou como decisões políticas voltadas à expansão energética e à política acelerada de crescimento econômico pode gerar impactos sociais significativos e de longa duração.

Para Neves (2023), essa construção constituiu um marco no desenvolvimento econômico da região, mas gerou implicações profundas e perversas à população local que vivia da agricultura familiar alterando dramaticamente a estrutura social das comunidades ribeirinhas. Estes impactos revelam lacunas significativas na administração política e gestão social desse projeto nacional de desenvolvimento, especialmente no que se refere à ausência total de participação social e integração das demandas locais nos processos decisórios.

A escolha epistêmica e teórico-metodológica da administração política para orientar esse estudo se fundamentou nas obras de Santos e Ribeiro (1993), Santos (2004), Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) e Santos et. al (2017), vai além da gestão burocrática pois envolve a articulação indissociável e complexa entre sociedade-Estado-economia (mercado). Nesse sentido, sustentam os autores que ao reconhecer o papel central da sociedade na definição das necessidades individuais e coletivas, a promoção da justiça social e garantia da participação cidadã nos processos de planejamento e implementação de políticas públicas é

condição básica para a promoção de um desenvolvimento inclusivo.

Nesse sentido, analisar a concepção e implantação da Barragem de Sobradinho por essa perspectiva crítica apontada pelos citados autores implica reconhecer que a ausência de mecanismos de participação estruturada evidencia os desafios de um padrão de administração política centralizada e a ausência de práticas de inclusão e equidade territorial trouxe consequências graves para a população ribeirinha até os dias atuais (Neves, 2023). Como ressaltam Santos, Ribeiro e Santos T. (2009, p. 922), "a administração política deve incorporar princípios de sustentabilidade e justiça social em suas práticas" reforçando que a integração da sociedade no processo decisório de qualquer Projeto de Nação possibilita pensar processos de desenvolvimentos menos excludentes e mais sustentáveis (no longo prazo).

Considerando esses aportes, foi incorporada a esse estudo as contribuições relevantes trazidas pelos estudos da gestão social (FISCHER, 2002; FRANÇA FILHO, 2020) que possibilita reconhecer que a força da participação comunitária assume papel estratégico para mitigar os impactos socioeconômicos, administrativos e culturais e ambientais produzidos pela barragem. Conforme destacado por Neves (2023), as comunidades afetadas aprenderam a desenvolver tecnologias sociais para trabalhar com hortas comunitárias associativas, cooperativas e sistemas participativos, refletindo o protagonismo local e a capacidade de organização social frente às decisões centralizadas do Estado. Tais práticas evidenciam que a participação cidadã efetiva pode reforçar um padrão de administração política diferenciado que, ao privilegiar as necessidades e potencialidades do contexto social, acabam contribuindo para o empoderamento dos atores comunitários que têm sido excluídos dos projetos de desenvolvimento tradicionais.

Por fim, a inclusão das teorias da agroecologia assumiu nesse estudo o papel de instrumento de resiliência e sustentabilidade ao permitir às comunidades recuperar saberes tradicionais, fortalecer práticas agrícolas adaptadas ao território e contribuir para o desenvolvimento sustentável (Neves, 2023). Desse modo, a articulação entre as abordagens da administração política, da gestão social e da agroecologia demonstra que políticas públicas (setoriais e sociais) eficazes dependem da integração entre os diferentes atores sociais e as instituições estatais e econômicas de modo a promover desenvolvimento com

justiça social, sustentabilidade e fortalecimento da governança territorial.

Diante deste cenário, o presente estudo buscou responder ao seguinte objetivo: evidenciar como uma análise propositiva com base no conceito de administração política reversa pode contribuir para reparar os efeitos perversos da construção da Barragem de Sobradinho, reconhecendo como práticas de gestão social, participação comunitária e agroecologia tem contribuído para a concepção e implantação de políticas públicas que permitam a consolidação e fortalecimento de um padrão de desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo liderado pelos ribeirinhos.

A metodologia adotada fundamentou-se em uma abordagem qualitativa de caráter participativo, ancorada na pesquisa-ação como estratégia para compreender e intervir na realidade social das famílias atingidas pela Barragem de Sobradinho. O Instrumento de Inclusão Participativa (IIP) foi concebido como eixo metodológico central, articulando dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas. Seu desenho resultou de um processo colaborativo, combinando técnicas de observação direta, entrevistas semiestruturadas, oficinas e questionários estruturados, com o propósito de captar percepções, memórias e expectativas das famílias descendentes dos agricultores atingidos. A aplicação do IIP orientou a coleta e a análise dos dados empíricos, ofereceram uma base interpretativa que sustentou as discussões apresentadas no Capítulo 3, voltadas à construção de uma metodologia inclusiva e emancipatória de desenvolvimento territorial sustentável.

2. Síntese interdisciplinar dos constructos da Administração Política e da Gestão Social: bases interpretativas críticas da agroecologia para o desenvolvimento territorial

Conforme destacado na introdução o referencial teórico para o desenvolvimento desse artigo resultou da articulação interdisciplinar entre as abordagens da administração política, da gestão social e da agroecologia. O objetivo dessa escolha foi possibilitar ampliar as perspectivas analíticas no campo da administração e sua interação com a sociedade, Estado e mercado para reinterpretar as políticas nacionais de desenvolvimento.

2.1. Contribuições da Administração Política para a análise crítica do desenvolvimento territorial

Ao analisar os estudos do campo de conhecimento da Administração Política foi possível reconhecer a relevância que essa abordagem crítica e propositiva dos fenômenos administrativos (sociais) apresenta para os objetivos desse trabalho. Sua relevância está na amplitude da perspectiva teórico-analítica ao definir como referencial epistêmico e científico as interrelações entre sociedade-Estado-economia (mercado e outros modos de economia colaborativa). Nesse sentido, Santos (2004), define o conceito de Administração Política como expressão de um dado padrão de gestão das relações (emancipatória), assentada no entendimento sobre a função social da administração e dos administradores (políticos e técnicos), essa abordagem permitiu reinterpretar o desenvolvimento territorial dos ribeirinhos excluídos com a implantação da Barragem de Sobradinho, a ciência administrativa, a administração política se coloca como referência fundamental para analisar fenômenos sociais complexos que envolvem ações do poder público, associadas aos interesses da economia (mercado), desconsiderando, intencionalmente, as demandas da sociedade - especialmente dos mais pobres.

Ao escolher esse recurso epistêmico e científico para orientar o desenvolvimento da pesquisa foi possível ressignificar o papel do Estado, da economia nacional (mercado) e da sociedade no âmbito do projeto nacional desenvolvimentista que sustentou a defesa da criação da barragem e o abandono dos interesses dos ribeirinhos. Também foi possível integrar o tema da agroecologia que resultou do esforço dos assentados em produzir uma nova forma de administração (gestão e gerenciamento) que garantisse sua sobrevivência e de suas famílias.

Esse conjunto de abordagens críticas foi natural visto que também contribuem de forma crítica a concepção que tem orientado as estruturas de poder e as dinâmicas sociais a partir da compreensão do papel social determinante das decisões governamentais na sociedade (Santos e Ribeiro, 1993; Santos, Ribeiro e Santos T., 2009; Cristaldo, 2022. Ao definir que o conceito de administração política como "a forma pela qual o Estado se organiza e se estrutura para gerir o processo das relações sociais de produção" Santos e Ribeiro

(op. cit. p. 106) sustentam o papel central e determinante que o Estado tem assumido na gestão do capitalismo global e nacional. Para fundamentar seu argumento defende que administrar (qualquer coisa: uma nação/país, uma cidade, uma organização) extrapola os aspectos burocráticos (técnicos) e alcança dissensões mais complexas que fundamentam as relações de interesse e conflitos entre indivíduos e entre o Estado e os agentes econômicos.

Outro aspecto relevante da teoria da Administração Política está na defesa da “gestão” ser considerada por Santos (2009) como o objeto científico da ciência administrativa e a “gerência” seu objeto empírico ou prático. Ao trazer essa inovação o autor defende a indissociabilidade entre os fenômenos gestoriais e gerenciais da administração. O que implica considerar que os ‘atos de pensar e agir’ devem ser compreendidos de forma indissociável pois gestão e gerência refletem ações vinculadas. Essa vinculação se deve, justamente ao papel central assumido historicamente pelo Estado moderno de promover as convergências entre os interesses sociais e mediar os conflitos entre sociedade e economia.

Além disso, Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) enfatizam que um dado padrão de Administração Política deve incorporar princípios de sustentabilidade e justiça social em suas práticas (p. 922). O que significa considerar que as decisões governamentais precisam contemplar os impactos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais e administrativos de modo a promover a equidade social. Esse esforço ganha maior relevo em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, como é o caso do Brasil. Nesse caso, o papel do poder público deve assumir compromisso em garantir que a implantação de grandes empreendimentos como foi caso da Barragem de Sobradinho produzam o menor impacto possível às comunidades locais.

Em outro artigo, Santos e Ribeiro (1993) destacam os desafios da Administração Política Brasileira destacando o processo sócio-histórico centralizador que marcou o processo de formação social e a trajetória da modernização socioeconômica nacional (entre 1930 e 1979). Esse padrão de gestão concentrador do poder nas mãos do Estado e preservando os interesses econômicos emergentes para produzir sequelas graves no processo de socialização marcado, desde então, pelo aprofundamento das desigualdades sociais. Esse contexto explica a fragilidade da consolidação da sociedade civil

como contraponto necessário para a construção de relações sociais democráticas e justas. Conforme destacado pelos citados autores “A administração política brasileira enfrenta desafios relacionados à centralização do poder e à falta de participação efetiva da sociedade civil” (p. 921). Essa constatação evidencia a importância de mecanismos institucionais que garantam a participação cidadã e o controle social permitindo que as políticas públicas sejam mais inclusivas, efetivas e de qualidade.

A análise da relação entre os conceitos de Administração Política e Administração Pública é reforçada por Santos, Ribeiro e Chagas (2009) ao destacarem que “A administração política deve orientar as políticas públicas para garantir o bem-estar coletivo” (p. 933). Outro artigo relevante sobre esse tema reflete a interseções entre Administração Política e Políticas Públicas e traz uma proposta metodológica para orientar a análise e avaliação das ações governamentais (Santos. et. al.). Os referidos textos reforçam a perspectiva ampliada da Administração Política ao permitir integrar os movimentos da sociedade em toda sua amplitude envolvendo os interesses dos indivíduos/coletivos e da economia (com ênfase no poder do mercado) mediados pelo papel central do Estado.

No contexto da análise dos impactos da Barragem de Sobradinho na qualidade de vida dos ribeirinhos, cabe destacar que a teoria da Administração Política possibilitou evidenciar a falta de compromisso do Projeto Nacional de Desenvolvimento com os assentados (Neves, 2023). Ao utilizar como recurso analítico os princípios defendidos por Santos e Ribeiro (1993) e Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) foi possível identificar a necessidade de integrar mecanismos de participação social de forma estruturada para atender a essa população. O que resultou no reconhecimento de que faltaram políticas públicas dirigidas para atender as especificidades territoriais e culturais das comunidades ribeirinhas, de modo a preparar essa população para as mudanças radicais que suas vidas e de suas famílias enfrentariam.

Ademais, essa abordagem epistêmica e científica possibilitou fazer uma leitura crítica e criteriosa sobre os saberes e práticas sócio materiais desenvolvidas por esses atores para superar, em alguma medida, a ausência do poder público. Ao observar os avanços coproduzidos pelos ribeirinhos foi possível identificar

soluções engenhosas para enfrentarem o abandono do Estado, garantir sobrevivência digna para si e seus familiares e reinventar um modo alternativo de Administração Política que resultou nas bases práticas da Agroecologia (Neves, 2023). Em síntese, para superar a falta de comprometimento de políticas públicas estruturantes essa população conseguiu avançar na concepção e implantação de soluções inovadoras para manter sua identidade e dignidade, apesar da enorme perda que as desapropriações produziram. Outro aspecto refere-se à resiliência desses ribeirinhos ao permanecerem vinculados ao território apesar das mudanças radicais que alteraram o desenvolvimento territorial, regional e nacional (baseado na produção em larga escala).

2.2. Intersecções ente os conceitos de Administração Política e Gestão Social

O conceito de gestão social, embora tenha muita repercussão na academia brasileira e latino-americana ainda carece de uma unidade epistêmica e científica. É importante destacar as múltiplas e complementares definições encontradas na vasta literatura sobre o tema. Para um conjunto de autores a gestão social é compreendida como uma expressão do desenvolvimento territorial (Fischer, 2002). Outros estudiosos vão encontrar os fundamentos desse conceito em outros momentos sócio-históricos associados ao esforço de coprodução da sobrevivência coletiva, de forma colaborativa e solidária (Tenório, 2015; Cançado e Tenório, 2015; França Filho, 2020). Alguns reforçam o papel da sociedade civil, após o processo de redemocratização nos anos de 1980, como contribuição fundamental para a concepção e implantação de políticas públicas liderada pelas organizações sociais destacando que a sociedade civil também produz ações públicas (Schumer, 2009; Boullosa, 2009; Junqueira, 2004, Paes de Paula, 2005; entre outros).

Mas para os objetivos desse estudo, consideramos que o conceito de gestão social consiste em um conjunto de estratégias, práticas e instrumentos que fortalecem a autonomia das comunidades e a responsabilização compartilhada na implementação de políticas públicas promovendo inclusão, equidade e fortalecimento comunitário (Neves, 2023). Seu papel é, portanto, articular as demandas sociais com as ações do Estado criando mecanismos que possibilitam a participação efetiva das comunidades nos processos de decisão e execução

de políticas públicas.

Ao realizar o esforço de identificar aspectos interdisciplinares entre Administração Política e Gestão Social, ressaltamos os argumentos defendidos por Santos e Ribeiro (1993) e Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) ao destacarem que a participação social não deve ser considerada apenas um complemento, mas ser integrada como um componente central da Administração Política. Nesse sentido, cabe destacar a seguinte afirmação dos citados autores ao afirmarem que “A participação social é condição *sine qua non* para que as políticas públicas sejam legítimas e atendam de fato às necessidades da população, considerando suas especificidades culturais e territoriais” (2009, p. 927).

Pode-se deduzir da afirmação dos autores destacados que o conceito e práticas de gestão social envolve não apenas a execução de projetos, mas também a criação de instrumentos institucionais participativos (conselhos, fóruns, comitês deliberativos e espaços de negociação, entre outros) que possibilitam conectar o poder público aos interesses da sociedade civil (Santos & Ribeiro, 1993). Tais mecanismos promovem o diálogo, fortalecem a governança democrática e garantem que as políticas públicas sejam efetivas e qualificadas.

Santos e Ribeiro (2009) afirmam, ainda, que a gestão social está diretamente ligada ao fortalecimento da administração política reforçando que “A gestão social é inseparável da administração política, pois constitui o meio pelo qual o Estado se aproxima da sociedade civil, reconhece suas demandas e integra o conhecimento local às políticas públicas” (p. 929).

Ao aplicar esse referencial teórico-analítico no estudo Neves (2023) conseguiu evidenciar que no contexto da Barragem de Sobradinho a gestão social se expressa no esforço empreendido pelas comunidades afetadas de conceber e implementar modos alternativos de gestão da vida social e econômica. A autora destaca como exemplos de tecnologias sociais a produção de hortas comunitárias, a criação de associações, cooperativas agrícolas, sistemas participativos e redes de apoio social garantindo, assim, resiliência comunitária e mitigando impactos socioeconômicos e culturais.

Segundo Santos e Ribeiro (1993, p. 118), “Uma administração política que não articula participação social perde legitimidade, pois ignora a experiência e os saberes acumulados pelas comunidades”. Os autores reforçam, ainda, que a

participação social deve ser ativa, deliberativa e contínua e não meramente consultiva pois “Não basta ouvir a população; é necessário integrá-la aos processos decisórios, garantindo que possa influenciar, monitorar e ajustar políticas públicas de forma contínua” (Santos, Ribeiro e Santos T., 2009, p. 931).

Ao considerar as convergências entre os conceitos de Administração Política e Gestão Social foi possível observar que a participação comunitária fortalece a governança territorial permitindo que políticas públicas reconheçam a diversidade cultural, as necessidades locais e promovam justiça social. Conforme apontado por Neves (2023), a articulação entre essas duas abordagens críticas foi crucial para que o estudo tenha conseguido comprovar que as ações estratégicas das comunidades ribeirinhas tenham conseguido desenvolver capacidade de organização, protagonismo local e autonomia para avançar na construção de ações coletivas inclusivas e sustentáveis, apesar da ausência do Estado – especialmente nos primeiros anos, após o processo traumático de desapropriação para a construção da barragem.

Por fim cabe ressaltar que Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) enfatizam que a gestão social não deve ser considerada apenas uma prática operacional, mas um como instrumento de fortalecimento da democracia participativa criando as bases para um padrão de Administração Política liderado pela sociedade. O que resulta em uma nova concepção de, conectando políticas públicas dirigidas pelos interesses sociais para atender às demandas reais da sociedade, em articulação com o Estado. Nesse caso, pode-se inferir que as políticas públicas lideradas pelos ribeirinhos refletem um movimento conhecido na literatura como políticas *bottom up*” (Sebatier, 1986), em substituição as perspectivas tradicionais caracterizadas por “políticas top down” (Hill, 2003 e Sebatier, 1986).

2.3. Contribuições interdisciplinares da Administração Política e da Gestão Social para a análise da Agroecologia e Resiliência Comunitária

A agroecologia integra saberes científicos e tradicionais promovendo sistemas agrícolas sustentáveis, resilientes e adaptados às especificidades socioambientais do território (Neves, 2023). Santos e Ribeiro (1993, p. 118) e Santos Ribeiro e Santos T. (2009, p. 929) destacam que práticas sustentáveis, quando articuladas à gestão social participativa, fortalecem a administração política

local, permitindo que as comunidades influenciem diretamente o planejamento, a implementação e o monitoramento de políticas públicas, de forma contextualizada e democrática. Nesse sentido, é possível considerar que a agroecologia não apenas responde às necessidades produtivas e ambientais, mas atua também como um instrumento de mediação entre sociedade e Estado reforçando o protagonismo comunitário e a corresponsabilidade social.

Além de assegurar sustentabilidade ambiental, a agroecologia contribui para o desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo a resiliência comunitária, promovendo segurança alimentar, preservando saberes e práticas tradicionais e ampliando a capacidade das comunidades de se organizarem em torno de projetos de interesse coletivo (Neves, 2023). Como enfatizam Santos, Ribeiro e Santos T. (2009, p. 931), “a participação social deve ser contínua, deliberativa e integrada às decisões políticas, garantindo que as iniciativas locais influenciem políticas públicas de forma permanente”.

Segundo Cristaldo (2022), práticas sustentáveis integradas à gestão social também fortalecem a governança local, permitindo que conhecimentos tradicionais e científicos sejam incorporados às políticas públicas. Reforçando essa interpretação Santos, Ribeiro e Santos T. (2009, p. 933) reforçam que “a administração política deve orientar as políticas públicas para promover o bem-estar coletivo, integrando saberes locais, ciência e participação comunitária”.

Deste modo, o referencial teórico selecionado permitiu concluir que a agroecologia se apresenta como uma estratégia multifacetada revelando não apenas uma prática agrícola, mas como um mecanismo de integração entre políticas públicas, participação social e fortalecimento da governança local. A agroecologia ganha relevo por possibilitar articular objetivos econômicos, sociais e ambientais consolidando um modelo de desenvolvimento territorial que valoriza conhecimento local, justiça social e sustentabilidade ambiental, em consonância com os princípios da Administração Política e da Gestão Social.

2.4. Contribuições interdisciplinares da Administração Política e da Gestão Social para o Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento territorial sustentável é um processo multidimensional que articula políticas públicas, práticas comunitárias, preservação ambiental e

inclusão social buscando promover equidade, resiliência e fortalecimento das comunidades locais (Neves, 2023). Corroboram com essa interpretação Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) ao destacarem que políticas públicas eficazes não se limitam à implementação técnica, mas devem incorporar participação social estruturada, aprendizado institucional contínuo, respeito às especificidades culturais e territoriais e mecanismos de monitoramento participativo.

Na tese de Neves (2023), observou-se que as comunidades impactadas pela Barragem de Sobradinho adotaram estratégias coletivas para mitigar os impactos socioeconômicos e culturais produzidos por essa obra governamental. Entre estas estratégias destacam-se as seguintes: hortas comunitárias, **associações**, cooperativas agrícolas, projetos participativos, capacitação em práticas agroecológicas e redes de apoio social. Tais iniciativas não apenas garantiram sustentabilidade ambiental e econômica, mas fortaleceram o protagonismo comunitário ampliando a capacidade das famílias de influenciar políticas públicas e decisões do Estado. Complementando esse argumento Neves (2023, p. 158) enfatiza que

[...] o desenvolvimento territorial sustentável só é efetivo quando as políticas públicas são construídas de forma colaborativa, incorporando saberes locais e promovendo a autonomia das comunidades, de modo que estas se tornem agentes ativos na gestão de seus territórios.

Esse enfoque reforça a centralidade da Administração Política como concepção que privilegia a participação social nos processos decisórios coletivos que envolvem as interrelações entre sociedade-Estado-economia (mercado e outras economias). Esse arranjo dinâmico permite que as políticas públicas sejam contextualizadas, inclusivas e sensíveis às especificidades territoriais, promovendo justiça social e fortalecimento da governança local (Santos, Ribeiro e Santos T., 2009).

Outro aspecto relevante apontado por Neves (2023) refere-se à articulação entre **agroecologia e gestão social** como mecanismo de desenvolvimento territorial. A adoção de práticas agroecológicas permite às comunidades, segundo a autora, preservar saberes tradicionais, garantir segurança alimentar, recuperar áreas degradadas e criar sistemas agrícolas resilientes, integrando objetivos ambientais, econômicos e sociais. Essa integração evidencia que

políticas públicas e práticas comunitárias não podem ser pensadas isoladamente e que o desenvolvimento sustentável depende da coordenação entre administração política, gestão social e práticas produtivas locais.

Em síntese, conforme destacado por Neves (2023), o desenvolvimento territorial sustentável articula políticas públicas, práticas comunitárias, preservação ambiental e inclusão social, promovendo equidade, resiliência e fortalecimento das comunidades. Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) enfatizam, por sua vez, que políticas eficazes incorporam participação social estruturada, aprendizado institucional e respeito às especificidades culturais e territoriais.

Os citados autores ressaltam, pois, que o fortalecimento da governança territorial passa pela criação de mecanismos institucionais de participação contínua, a exemplo dos conselhos locais, fóruns deliberativos e comitês de acompanhamento.

Na mesma direção, Neves (2023) reforça que esses institutos garantam que as comunidades sejam interlocutoras permanentes na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Os resultados do estudo liderado pela citada autora revelou que o desenvolvimento territorial sustentável é um processo dinâmico, integrado e colaborativo. Esse padrão de Administração Política e Gestão Social se destaca por proporcionar participação social ativa, respeito aos saberes locais e articulação entre sociedade e Estado, constituindo-se como elementos centrais para a construção de territórios mais justos, resilientes e sustentáveis.

3. Análise e discussão dos resultados da pesquisa

Para a discussão dos resultados foram considerados os seguintes aspectos principais: as contribuições dos referenciais epistêmicos e científicos a luz da interdisciplinariedade estabelecida entre as abordagens da Administração Política e da Gestão Social; e os resultados obtidos por meio da aplicação de instrumento de pesquisa direta junto aos ribeirinhos e da pesquisa participante.

3.1. Contribuições dos referenciais epistêmicos e científicos

Conforme apresentado na seção dedicada ao referencial teórico, foi selecionada como base epistêmica e científica a análise interdisciplinar para

analisar as contribuições do pensamento da administração política, da gestão social e da agroecologia na análise do desenvolvimento territorial para o estudo de caso da Barragem de Sobradinho.

Após analisar os documentos oficiais foi possível concluir que a centralização do poder evidenciou limitações significativas na inclusão social e no reconhecimento das demandas locais (Neves, 2023). A ausência de canais estruturados de participação dificultou a interlocução da sociedade civil com o Estado, exigindo organização coletiva para assegurar que suas necessidades fossem atendidas. Nesse caso, os estudos da Administração Política defendem integrar mecanismos de diálogo permanente, corresponsabilidade e aprendizagem institucional para promover equidade, legitimidade e efetividade das políticas públicas (Santos, Ribeiro, 1993 e Santos, Ribeiro e Santos T. 2009).

Quanto a contribuição da gestão social foi possível reconhecer que as comunidades ribeirinhas desenvolveram estratégias coletivas robustas para enfrentar os impactos advindos com a implantação da Barragem, incluindo hortas comunitárias, associações de produtores, cooperativas agrícolas e projetos participativos de manejo de recursos naturais (Neves, 2023). Tais práticas demonstraram protagonismo local, fortalecimento da governança comunitária e corresponsabilidade social. Ao associar essa análise as contribuições da Administração Política, Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) afirmam que a gestão social estruturada, articulada à participação cidadã promove legitimidade das políticas públicas e aprendizado coletivo.

Quanto a interseção dos dois conceitos destacados acima para analisar os impactos da agroecologia concluiu-se que essa tecnologia emergiu como ferramenta estratégica de resistência, integração de saberes tradicionais e científicos e promoção da segurança alimentar (Neves, 2023). Nessa mesma direção, Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) ressaltam que a agroecologia, quando integrada à gestão social participativa, fortalece a administração política local, promove governança inclusiva e contribui para o desenvolvimento territorial sustentável.

Finalizando essa seção, o estudo concluiu que as práticas de desenvolvimento territorial sustentável evidência que o desenvolvimento territorial sustentável nas comunidades impactadas convergem com as abordagens da

administração política, gestão social e agroecologia. Essa integração se expressa na promoção da resiliência, inclusão social, preservação ambiental e fortalecimento das capacidades comunitárias. Nessa direção, Santos, Ribeiro e Santos T. (2009) reforçam que políticas eficazes devem valorizar saberes locais e estratégias participativas, consolidando práticas de desenvolvimento territorial sustentável.

3.2. Análise e Discussão dos resultados da Pesquisa qualitativa

A análise dos resultados obtidos por meio da aplicação do instrumento *Inclusão Participativa* desenvolvido em parceria com os atores sociais afetados pela construção da barragem residentes no município de Casa Nova-BA¹ – confirmaram e ampliaram à interpretação crítica sobre os impactos socioeconômicos, culturais e territoriais. Esses resultados evidenciam a necessidade de repensar os modelos de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial participativo. O propósito defendido neste estudo é deslocar o enfoque de uma lógica tecnocrática e centralizada para práticas participativas, deliberativas e eticamente orientadas, em consonância com os princípios da Administração Política, da **Gestão Social** e da agroecologia vocacionado para a promoção de um dos novos padrões de desenvolvimento territorial.

A análise criteriosa dos dados demonstra que, mesmo décadas após o deslocamento compulsório, as comunidades atingidas pela barragem reivindicam um modelo de governança inclusiva no qual o planejamento e execução de políticas públicas sejam mediados por processos de coprodução e pactuação democrática. De acordo com Santos, Ribeiro e Santos T. *et al.* (2009), a Administração Política e a Gestão Social transcendem as práticas gerencialistas, ancoradas exclusivamente em sistemas burocrática. O propósito dessa crítica é defender que as ações sociais se constituam em um campo de ação ética, deliberativa e transformadora capaz de reconstruir práticas de gestão por meio do diálogo contínuo entre sociedade-Estado-economia (mercado e outros modos de produção social) legitimando o cidadão como

¹ Primeira cidade atingida diretamente pela Barragem.

sujeito ativo do desenvolvimento e coautor das políticas públicas.

Os relatos analisados indicam que a ausência de participação durante o planejamento e implantação da barragem gerou rupturas identitárias, simbólicas e econômicas, mas não impediram a emergência de soluções alternativas dirigidas para promover o resgate da autonomia comunitária e responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, ao analisar o instrumento de inclusão participativa dirigido para articular, de forma indissociável, as dimensões do “planejar” e do “executar”, conforme proposto pela Administração Política (Santos, Ribeiro e Santos T., 2009), representando, respectivamente as dimensões próprias da gestão e da gerência. Escuta ativa, diálogo e corresponsabilidade; enquanto as dimensões da “execução” foram analisados os seguintes elementos: solidariedade, caráter reparador e compromisso com a justiça social. Ao considerar o perfil dos agricultores e lideranças locais e os impactos socioeconômicos produzidos por um modo de Administração Política democrática e inclusiva, concluiu-se que o ato de planejar deixa de ser prerrogativa exclusiva do Estado e assumiu o papel de ação coletiva, de defesa da cidadania e governança territorial.

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, os resultados reafirmam que o território não se reduz a um recorte geográfico pois se constitui como um espaço de produção de identidade, memória e pertencimento. Espaço onde se consolidam vínculos simbólicos, lutas sociais e práticas de resistência cultural. Ao analisar os dados dos ribeirinhos que participaram da pesquisa foi possível perceber o território como um projeto social pactuado onde estão articuladas múltiplas dimensões (econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas) cuja efetividade depende da interação contínua entre sociedade-Estado-economia. Essa análise crítica permite considerar possibilidades sócio-históricas concretas que possibilita processo de reterritorialização, a partir da liderança da sociedade como contraponto ao papel centralizador e excludente.

Os resultados do instrumento de pesquisa social associado a pesquisa participante permitiram sustentar a tese de que as tecnologias agroecológicas desenvolvidas pelos ribeirinhos, após o processo de desapropriação, evidenciam a capacidade sociopolítica, político- institucional e técnica da sociedade civil para a construção de modos de produção social emancipatórios (Santos, Ribeiro

e Santos T. 2009). Dito de outra forma, implica reconhecer que os processos de exclusão e silenciamento imposto pelo Estado não impediram a força dessa população para reinventar modos de vida prática, a partir de suas memórias e identidade coletiva (Neves, 2023). Em síntese, pode-se afirmar que o argumento defendido por Santos (2004) de que os atos de “pensar e agir” desses coletivos em direção a suplantarem os modos de vida que foram interrompidos mantiveram-se vivos e potencializaram a ressignificação da força dessa população.

Nesse sentido, esse exemplo de movimento emancipatório ancorado na memória dos saberes e práticas sociais dos atingidos se transformaram em voz política e capital social que orientaram políticas públicas de reparação, sustentabilidade e justiça intergeracional. Análise dos dados da pesquisa que demonstra que políticas públicas dirigidas pelos interesses da sociedade são fundamentais para mostrar aos poderes instituídos (estado-economia) que a participação cidadã, o conhecimento local e a valorização de práticas sustentáveis (agroecológicas) fortalecem a governança, a justiça social e o protagonismo comunitário (Santos, Ribeiro e Santos T., 2009 e Neves, 2023).

Conclui-se essa seção reafirmando, portanto, que as bases epistêmicas e teórico-metodológicas interdisciplinares que integrou os construtos da Administração Política e da Gestão Social possibilitaram desenvolver uma metodologia participativa capaz de reconfigurar o papel do sujeito coletivo para a promoção de desenvolvimento territorial nos espaços onde o estado se ausentou de sua função precípua. O que implica considerar que do processo de desterritorialização de uma população emergiu com força revigorada um modo de Administração Política que evidenciou que novos padrões de desenvolvimento territorial podem ser concebidos, a partir de processos socialmente construídos, politicamente mediados e territorialmente experienciado.

Cabe esclarecer que o reconhecimento da força da sociedade na concepção e condução de projetos sociais não elimina o papel central do Estado na condução de um novo projeto nacional de desenvolvimento que reconheça e envolva, definitivamente, os interesses e potencialidades da sociedade. Nesse sentido, ao tomar como referência as bases epistêmicas e científicas da Administração Política ao considerar as inter-relações entre

sociedade-Estado-economia, enquanto compete às comunidades exercer protagonismo ativo, garantindo legitimidade, eficácia e sustentabilidade às políticas públicas, ao Estado cabe estimular e viabilizar as condições políticas e técnicas para fortalecer o papel da sociedade (Oliveira & Campos, 2021; Souza & Pires, 2020).

4. Considerações Finais

O estudo evidenciou que os impactos da barragem de Sobradinho sobre as comunidades agrícolas oriundas de agricultura familiar do Vale do São Francisco são complexos e multidimensionais abrangendo aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Para os objetivos dessa pesquisa, é possível concluir que a centralização do Estado na concepção e implantação da barragem de Sobradinho exclui, intencionalmente, a participação da população de uma política de interesse nacional, mas com fortes e dramáticos impactos socioterritoriais.

A pesquisa também demonstrou organização comunitária, foi possível conceber e implantar um novo padrão de Administração Política ancorado em práticas sociais agroecológicas e estratégias de desenvolvimento territorial colaborativo. Como destacado ao longo do texto, esse movimento de resistência, inovação social e fortalecimento da participação social, demonstrou a força que a sociedade civil tem na concepção e condução de projetos de desenvolvimento territorial, mesmo em condições adversas sustentável dependeu da articulação entre novos modos de administração política (Santos, 2004) ou de gestão (França Filho e Eynaud 2020) que valoriza a participação social, governança comunitária e tecnologias agroecológicas. Esse arranjo sociopolítico assegura autonomia, preservação ambiental, inovação social e fortalecimento da democracia participativa (Oliveira & Campos, 2021).

As práticas comunitárias analisadas funcionam como instrumentos de promoção da reterritorialização social e política, transformando conhecimento experiencial e memória coletiva em capital social e vocalização política capaz de reorientar políticas públicas de reparação e sustentabilidade intergeracional (Santos, Ribeiro, Santos T., 2009; Souza & Pires, 2020). A inclusão participativa se revelou nesse estudo como uma estratégia de empoderamento político,

consolidação da cidadania ativa e construção de um território compreendido como projeto social pactuado coletivamente comprometido com a promoção da justiça social, sustentabilidade e transformação social.

Referências

ALBANO, M. L. C. Barragem de Sobradinho e a inundação da cidade de Casa Nova/BA: uma (outra)narrativa a respeito do "desenvolvimento" no sertão baiano. In: Encontro Anual da ANPOCS, 42., Caxambu, 2018. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu. ISSN 2177-3092 Disponível em BARRAGEM de Sobradinho. Rivale, Juazeiro, ano 2, n. 30, p. 1, 15 abr. 1973.

ALVES, R.; RIBEIRO, M. Governança participativa e desenvolvimento territorial: estratégias de coprodução social. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 2020.

ANDRADE NETO, Guilherme Ernesto de. **De "beradeiros" a pequenos produtores rurais: as transformações induzidas pela construção da barragem de sobradinho no modelo de produção agrícola das famílias que viviam às margens do rio São Francisco**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, 27, dez. de 2019. Disponível em: Nas margens da resistência: uma análise dos impactos causados pela construção da barragem de Sobradinho/BA na vida das famílias beradeiras da comunidade de Brejo de Fora | Guilherme Ernesto de Andrade Neto Andrade - Academia.edu. Acesso em: 03, ago. de 2021

ARAÚJO, E. T. **Gestão Social**. In: **BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). Dicionário para a formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

BOULLOSA, R.de F; SCHOMMER, P. C. Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social? In Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 32, 2008. Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008. 1 CD ROM. CIAGS/UFBA, 2009

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: reflexões teóricas e conceituais**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, n. 3, p. 681-703, 2015.

CRISTALDO, M. **Gestão social e governança local: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2022.

FIGUEIREDO, L. Administração Política: fundamentos e práticas. São Paulo: Atlas, 2017.

FISCHER, T. M D. Poderes locais, desenvolvimento e gestão uma introdução a uma agenda. In FISCHER, T. M D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p.12-32, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de e Eynaud, Philippe. Solidariedade e organizações: pensar uma outra organização. Salvador: EDUFBA: Atêlie de Humanidades. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo gestão social**. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogerio et FRANÇA FILHO, G.C. *Gestão Social: um conceito em construção*. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local – II Colóquio Internacional em Análisis de las Organizaciones Y la Gestion Estratégica: perspectiva latinas, n.º 2, 2003. Salvador – Bahia, 16 a 18 de junho. **Anais** Salvador: CIAGS, 2013, p. 1-16.

FRANÇA FILHO, G. C. *Definindo gestão social*. In: Silva Jr, Jeová; Mâsih, Rogerio et. al. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

HILL, H. Understanding implementation: street-level bureaucrats' resources for reform. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 13, p. 265-282, 2003.

JUNQUEIRA, L. A. P. *Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004. *Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão de políticas sociais*. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2006. 195-216 p.

MARQUES, P. *Território, identidade e política local*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

NEVES, S. D. *Construção da Barragem de Sobradinho e Agricultura Familiar: Uma análise dos impactos após 50 anos sobre o olhar da gestão social*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2023.

OLIVEIRA, T.; CAMPOS, A. *Capital social e participação comunitária: experiências territoriais*. *Cadernos Metr pole*, 2021.

PAES DE PAULA, A. P. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36–49, 2005a.

Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005b.

Tréplica: comparação possível. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 52-53, 2005c.

PIRES, C. *Gestão social e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

RIBEIRO, E. M. *Administração política: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. *Journal of Public Policy*, v. 6, n. 1, jan./mar. p. 21-48, 1986.

SANTOS, B. de S.; RIBEIRO, E. M. *Administração política e desenvolvimento social*. Belo Horizonte: Autêntica, 1993.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. São Paulo/Salvador: **Hucitec/Mandacaru**, 2004.

SANTOS, B. de S.; RIBEIRO, E. M. Políticas públicas e participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, R. S. **A Administração Política como Campo do Conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Mandacaru, 2009

SANTOS, R. S., RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações sociais de produção, circulação e distribuição. **CADERNOS EBAPE.BR (FGV)**, v. 15, p. 939-959, 2017.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JÚNIOR, J. T. et al. (Orgs.). *Gestão social: práticas em debate, teorias em construção*. v. 1. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. 58-86 p.